

INTRODUÇÃO

Qualquer programa de trabalho que venha a ser concebido para a atuação diplomática brasileira na Bolívia deve tomar em conta os seguintes elementos constitutivos da história mais recente (e remota) do país, especialmente no tocante a suas relações exteriores: i) trata-se de uma das nações mais pobres e desiguais da região, com um histórico de instabilidade econômica, política e social, além de uma acentuada discriminação racial; ii) ainda que o fenômeno nem sempre apareça de forma explícita, o país nutre sentimento de rancor em relação ao elemento estrangeiro, seja em função do histórico de exploração colonial, da forte influência norte-americana ou das sucessivas guerras e reveses que resultaram em perdas territoriais substanciais para seus vizinhos (Brasil inclusive). É contra esse pano de fundo que se deve procurar entender o significado do advento do governo do Presidente Evo Morales, bem como do "processo de câmbio" que ele preconiza para o país desde sua ascensão ao poder em 2006.

Em que pesem os problemas e debilidades inerentes ao regime atual - ranços de autoritarismo; ataques à liberdade de expressão e de imprensa; cerco às ONGs; perseguições políticas por intermédio do judiciário, etc. -, não há como desconsiderar os avanços logrados nos poucos mais de 10 anos de gestão do PR Evo Morales, dentre os quais se podem destacar: i) sua relativa capacidade de controle sobre os movimentos sociais tradicionalmente responsáveis pela instabilidade política da Bolívia; ii) a subsequente estabilidade do sistema político do país, caracterizado historicamente por crises institucionais que resultaram em golpes militares ou governos inconclusos; iii) o crescimento econômico contínuo que levou a Bolívia a praticamente quintuplicar seu PIB nos últimos 12 anos; iv) fortalecimento e expansão da presença do Estado; v) distribuição de renda; vi) o desmantelamento do apartheid social; vii) revalorização das identidades e das culturas indígenas, bem como a recuperação do orgulho nacional frente à comunidade internacional; e viii) a elevação do perfil da Bolívia no cenário mundial.

Ora, o movimento pendular observado internamente, decorrente da necessidade de diferenciar-se em tudo dos governos "neoliberais y vendepátrias" que o precederam, também exibiu sua face externa, na qual a necessidade de reafirmação internacional se impôs, com frequência, em detrimento das relações com outros países (Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, Peru). A identificação político-ideológica com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não representou óbice, por exemplo, para a decisão do PR Evo Morales ocupar e desapropriar - poucos meses após a sua posse - duas refinarias da Petrobras no país, inaugurando, assim, o primeiro grande entrave ao bom relacionamento com o Brasil. A rápida recomposição das relações bilaterais, bem como o sólido e incondicional apoio do governo petista ao PR Evo Morales durante o período de instabilidade político-institucional de 2008 e 2009 ("crise da meia-lua") tampouco impediram, por sua vez, o endurecimento da posição boliviana em relação ao episódio do asilo político do senador Roger Pinto na Embaixada do Brasil em La Paz.

Se o alinhamento ideológico com o governo Morales não foi garantia de relações fluidas durante as administrações anteriores, tampouco se pode dizer que as atuais divergências de orientação política doméstica e de posicionamento nos temas regionais entre os atuais governos do Brasil e da Bolívia constituam obstáculos incontornáveis ao bom relacionamento bilateral. Além dos vários encontros de alto nível ocorridos no ano passado, o fenômeno é ilustrado pela visita do presidente Evo Morales ao Brasil em dezembro último, ocasião na qual o chefe de estado boliviano se empenhou em sinalizar a superação da crise desencadeada por sua reação ao processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Em suma, apesar da retórica inflamada e de forte carga ideológica característica do governo Morales, as recentes indicações de que a atitude

brasileira diante da Bolívia não é simples projeção das afinidades ou divergências na visão de mundo dos governos de turno, mas depende da identificação de objetivos comuns e está condicionada ao respeito mútuo e à reciprocidade no tratamento, tem levado o governo boliviano a adotar também postura mais pragmática, cooperativa e respeitosa da soberania brasileira, com a consequente melhora no relacionamento.

SECAO I – Contextualização / Relações Bilaterais

POLÍTICA INTERNA

O acompanhamento, o relato e a análise do cenário político-eleitoral boliviano constituíram atribuições centrais da Embaixada em La Paz nos últimos dois anos e meio, período no qual três acontecimentos balizaram o debate político local, quais sejam: (i) rejeição, em referendo de 21/2/2016, de emenda constitucional que permita ao presidente recandidatar-se a um terceiro mandato; (ii) sentença do Tribunal Constitucional que considerou que dispositivos da constituição que proibiam mais de uma reeleição consecutiva para mandatos no executivo violariam direitos humanos; e (iii) o número crescente de mobilizações críticas ao governo. Tal quadro resulta na “eleitorização” precoce do debate político, marcado, por um lado, pelo desgaste do presidente Evo Morales e, por outro, pela debilidade da oposição, bastante fragmentada, incapaz, até o momento, de apresentar um programa político que faça frente à atual gestão.

Deve-se registrar que a Bolívia vive hoje um dos períodos mais longos de estabilidade política desde sua independência (1825). Trata-se de momento de exceção numa história marcada por convulsões e turbulências: em 192 anos, o país conta quinze constituições, oitenta e oito mandatos presidenciais, sessenta e cinco mandatários, dez magnicídios e, segundo alguns, duzentas revoluções. O presente quadro de estabilidade se deve, em grande medida, à ascensão de Evo Morales e de seu partido Movimiento al Socialismo (MAS), que lograram compor um amálgama de movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, grupos étnicos e minorias – assegurando um equilíbrio inédito para a governabilidade. Evidenciam o êxito de tal estratégia as votações majoritárias alcançadas nos últimos pleitos eleitorais. Com efeito, em 2014, Morales reelegeu-se no primeiro turno com 61% dos votos, e seu partido garantiu mais de 2/3 das cadeiras nas duas Casas da Assembleia Legislativa Plurinacional. No ano seguinte, nas eleições locais, o MAS consolidou 2/3 de representantes na maioria das assembleias departamentais e municipais e elegeu governadores em 6 dos 9 departamentos e prefeitos em 224 dos 339 municípios.

Embora o MAS continue a ser a primeira força política na Bolívia e única sigla com presença nacional, há indícios de que se estaria debilitando. Nos últimos anos houve inúmeras manifestações contra o governo, especialmente a partir de fevereiro de 2016, quando, pela primeira vez desde 2006, o MAS foi derrotado nas urnas, no referendo que propunha emenda constitucional que permitisse ao presidente concorrer a um terceiro mandato, rejeitada por 51% dos bolivianos. As manifestações se intensificaram a partir de novembro de 2017, quando decisão controvertida do Tribunal Constitucional abriu caminho para a repostulação de Evo Morales em 2019. A corte acolheu o argumento de que a vedação a reeleições sucessivas seria contrária aos direitos humanos de “votar e ser eleito em eleições periódicas autênticas” e de “ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país”, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. A interpretação valeu-se de dispositivo constitucional boliviano (artigo 13, alínea iv) que estabelece que tratados e convênios internacionais ratificados pela Assembleia Plurinacional que “reconhecem direitos humanos [...] prevalecem na ordem interna”.

O desrespeito da decisão do Tribunal Constitucional aos resultados do referendo de 21/2/2016 sobre o tema provocou reações críticas de segmentos da opinião pública e da oposição, que, além de convocarem manifestações, protocolaram denúncias junto a foros e organizações internacionais, dentre eles a OEA. Observam-se diferentes orientações políticas nas recentes

mobilizações. Há, de um lado, atos de viés opositor, contra a repostulação de Evo Morales e o projeto “prorroguista” de seu partido. De outro, vêm ocorrendo protestos de setores, movimentos, sindicatos e regiões afins ao atual governo, que exploram o custo político da decisão de Morales de recandidatar-se, e confrontam-no com demandas crescentes. Ao que parece, estaria surgindo uma nova geografia de oposição, deslocando-se o eixo de conflitos do oriente (o chamado “Crescente”) para o ocidente do país. Nesse contexto, nas últimas pesquisas de opinião, que constatarem quedas nos níveis de aprovação do presidente Evo Morales, surgem os primeiros sinais que fragilizam a tese de que o atual mandatário seria invencível no pleito de 2019.

ECONOMIA E COMÉRCIO

Entre novembro de 2015 e abril de 2018, a economia boliviana continuou a dar mostras de dinamismo e a exibir índices de crescimento superiores à média dos países da América do Sul. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB boliviano registrou no período taxas de crescimento de 4,9% (2015), 4,3% (2016) e 4,2% (2017). A estimativa oficial para 2018 é 4,7%, enquanto organismos internacionais como o Banco Mundial preveem, na média, expansão próxima aos 4%. As sucessivas taxas de crescimento superiores a 4% ao ano por mais de uma década (a partir de 2004, essa cifra só não foi alcançada em 2009) permitiram à Bolívia elevar seu PIB de US\$ 8,3 bilhões para cerca de US\$ 37 bilhões entre 2000 e 2017 em ambiente de inflação controlada – 2,71% em 2017. A partir de 2015, contudo, nota-se piora moderada em indicadores como a taxa de desemprego (hoje superior a 4%), queda das reservas internacionais (que haviam chegado a US\$ 15,12 bilhões em 2015 e estão hoje abaixo dos US\$ 10 bilhões), aumento da dívida pública (ainda que correspondente a menos de 30% do PIB segundo os dados oficiais) e os sucessivos déficits fiscal (previsto para 8,3% em 2018) e na balança comercial.

Os indicadores econômicos positivos têm reflexo na ampliação da distribuição de renda e na melhoria das condições de vida da população. Entre 2006 e 2017, a porcentagem dos bolivianos em situação de pobreza caiu de 59,9% para 36,4%, o que representou a ascensão social de mais de 2,5 milhões de pessoas. O PIB per capita do país passou de 994 dólares em 2000 para cerca de US\$ 3.700 em 2017, com reflexos perceptíveis no avanço da urbanização e no padrão de consumo das famílias. A Bolívia atingiu antecipadamente quase todas as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

São dois os fatores centrais por trás dos bons resultados do autointitulado “Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo” adotado desde meados da década passada: i) o aumento da demanda doméstica, resultado do crescimento da renda das famílias e da diminuição dos níveis de desigualdade; e (ii) o preço internacional, elevado na maior parte do período, dos hidrocarbonetos, cuja alta tributação constitui a principal fonte de receita do Estado boliviano. No período de 2000 a 2013 (ano em que o crescimento do PIB atingiu o pico de 6,8%), o valor exportado dos hidrocarbonetos, em particular o do gás natural, aumentou mais de quatro mil por cento, ao passo que o volume exportado se elevou 674%. Analistas indicam, contudo, que a excessiva dependência boliviana da exportação de gás natural é agravada pela política de sobrevalorização cambial, que dificulta a diversificação da atividade econômica. Apesar do cenário potencialmente favorável à Bolívia de valorização do petróleo, cujos preços servem como referência para o valor do gás exportado, pairam dúvidas tanto sobre a manutenção dos níveis de demanda do Brasil e da Argentina (compradores quase exclusivos do produto) quanto sobre a suficiência das reservas de gás do país para assumir novos compromissos de médio e longo prazo.

O Brasil segue como o principal parceiro comercial da Bolívia. Esse intercâmbio comercial pode ser caracterizado, em grandes linhas, pela exportação de três, dois e 1,5 bilhões de dólares de gás boliviano ao Brasil nos últimos três anos respectivamente (2015/2016/2017) e pela importação de uma média de USD 1,5 bilhão de máquinas, veículos, manufaturados, barras de ferro, aço, plásticos e calçados pela Bolívia do Brasil, no mesmo período. A parcela de produtos bolivianos

importados pelo Brasil que não são gás somaram USD 51 milhões em 2017 (boratos de sódio, feijão preto e gasolina).

O impacto do declínio das vendas de gás ao Brasil na balança comercial boliviana foi registrado por meio da interrupção da série histórica de superávits que o país andino sustinha com o Brasil há 15 anos. Em 2016, a drástica queda das cotações do barril de petróleo no mercado internacional e a desaceleração produtiva brasileira determinaram o primeiro déficit boliviano (USD 108 milhões). A manutenção da média de importações bolivianas do Brasil, apesar da crise econômica, evidencia um mercado que poderia ser melhor explorado. Países como China, Alemanha, Espanha, Rússia e França, entre outros têm aproveitado muitas oportunidades. A visita do Ministro Blairo Maggi a La Paz em 28/9/2017 sinalizou que a abertura do mercado brasileiro para a banana boliviana poderia beneficiar o comércio bilateral.

As exportações bolivianas, depois dos anos de alta do petróleo, retomaram patamares de USD 8,7 bilhões em 2015, USD 7,1 bilhões em 2016, e USD 7,9 bilhões em 2017. O esforço de diversificação da pauta comercial, que visa diminuir a dependência das vendas de gás, pouco resultado tem obtido. Em 2017, as chamadas exportações tradicionais (hidrocarbonetos e minerais) somaram 82,09% da pauta contra 74,25%, em 2016, e 78,92%, em 2015.

Dos valores totais exportados pela Bolívia 28,05% foram para o Brasil, em 2015; 25,86%, em 2016; e 18,42%, em 2017. As importações provindas do Brasil, por sua vez, aumentaram levemente em valor, passando de 16,51%, a 17,58% e 16,76%, nos três anos considerados, respectivamente. O Brasil perdeu a primazia nas importações bolivianas para a China em 2014, passando a figurar em segundo lugar como país de origem.

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

A Bolívia é conhecida pelo gás natural, produto que, exportado, representou 27% do volume total ofertado no mercado brasileiro em 2017. Brasil (por meio da Petrobras) e Argentina são os dois principais compradores do gás boliviano. Por constituir uma das principais fontes de arrecadação para a Bolívia, a venda de gás natural ao Brasil representa importante elemento da agenda bilateral. O governo da Bolívia tem envidado esforços para diversificar sua matriz energética e suas fontes de receita, em alinhamento com o objetivo boliviano de tornar-se o "coração energético da América do Sul" por meio da venda de excedentes de eletricidade (principalmente energia hidroelétrica) a países vizinhos. A título de exemplo, cabe mencionar que foi lançado, em março passado, programa para a adoção do etanol como combustível, o que representa mudança em relação à tradicional posição da Bolívia em relação aos biocombustíveis.

A relação que o Brasil mantém com a Bolívia em energia é um dos exemplos mais exitosos de diálogo com vizinhos. Os temas são tratados no Comitê Técnico Bilateral (CTB), previsto pelo Memorando de Entendimento em Matéria Energética, de 2007, e regulamentado por dois Termos Aditivos, de 2015 e 2017. A primeira reunião do comitê ocorreu em 2015 e, atualmente, está sendo negociada a data da V Reunião do CTB, a realizar-se na Bolívia. Compõem o CTB dois Grupos de Trabalho (Setor Elétrico e Gás Natural). No setor elétrico, é igualmente digno de nota o diálogo entre a Eletrobras e a estatal boliviana Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE). Em outubro de 2017, foi assinado, em Brasília, contrato com a empresa Worley Parsons para a realização dos estudos de inventário de hidrelétrica binacional no Madeira. Em maio passado foi assinado, em São Paulo, convênio de cooperação entre a Eletrobras, a ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até 500 mil dólares para estudos sobre a integração energética binacional. No caso do gás natural, de estrutural importância para o relacionamento bilateral, o diálogo se dá em torno da eventual renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA), a expirar-se em 2019; da estimativa do volume a ser contratado pelo lado brasileiro – e principalmente pela Petrobras – após 2019; de investimentos em novas áreas para exploração, principalmente em relação à assinatura dos contratos de San Telmo e Astillero com a Petrobras Bolívia – que ainda devem ser protocolizados

pelo governo boliviano –; e da possibilidade de venda direta de gás para termelétricas e distribuidoras de estados brasileiros.

A Bolívia tem vendido a empresas brasileiras ureia proveniente da usina Bulo Bulo, inaugurada em 2017. O governador do Mato Grosso (MT) transmitiu o interesse no asfaltamento da rodovia entre San Ignacio de Velasco e San Matías (departamento de Santa Cruz), o que permitiria ao MT importar a ureia boliviana a preços competitivos.

A Bolívia valoriza ainda o Corredor Ferroviário Bioceânico Central – CFBC e a participação do Brasil no projeto, que também envolve outros países. O Brasil tem participado das reuniões presenciais, além de aportar tecnicamente em grupos de trabalho que se reúnem periodicamente por videoconferência. A próxima reunião de nível ministerial é prevista para 15 de junho, em Lima. Em 2017, às margens de visita do presidente Morales a Brasília, foi assinado Memorando de Entendimento sobre o tema. Também durante a visita, foi anunciada a autorização para que a Bolívia estabeleça depósito franco no Porto de Paranaguá.

DEFESA E COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMBATE ÀS DROGAS

A Bolívia figura, há quase duas décadas, como terceiro maior produtor de folha de coca no mundo, com uma área plantada, hoje, de aproximadamente 23.100 hectares. Advindo do movimento dos plantadores de coca (“cocaleros”) da região do Chapare (Trópico de Cochabamba), o presidente Evo Morales tem promovido política de revalorização da folha de coca, procurando marcar a distinção entre a planta e a droga (“Coca Sí, Cocaína No”). O Governo Evo Morales define a Bolívia como país de trânsito da droga e invoca a necessidade da responsabilidade compartilhada para pedir cooperação internacional na matéria, desde que a mesma não viole a soberania nacional. Vale-se do contraste com a política estadunidense de “guerra contra as drogas” para definir seu paradigma próprio de repressão, pautado nos conceitos de controle social do cultivo da folha de coca (em complemento ao controle estatal), fomento de culturas alternativas, regionalização internacional da luta contra o narcotráfico e enfoque de saúde pública para o consumo de entorpecentes na Bolívia (que alcança aproximadamente 0,3% da população, um dos menores números das Américas).

O Relatório de Monitoramento de Cultivos de Coca na Bolívia, elaborado pelo UNODC, vem registrando, no médio prazo, sucesso na redução da superfície de cultivo de coca em nível nacional. Apesar do aumento de 14% na última edição do documento, consignara-se, nas edições de 2010 a 2015, diminuição de mais de um terço da área total, logro significativo frente aos volumes e expansões aceleradas da produção em países como Colômbia (de 96 mil hectares em 2015 para 146 mil em 2016) e Peru (de 40,3 mil hectares em 2015 para 43,9 mil hectares em 2016). Uma adequada avaliação da medida do cultivo boliviano no conjunto dos três principais produtores andinos tem ainda de considerar o consumo tradicional lícito da folha na Bolívia, hoje calculado em 14,7 mil hectares, segundo estudos patrocinados pela União Europeia. Os restantes 8,4 mil hectares – para os quais La Paz anunciou examinar possibilidades de industrialização e exportação – representam apenas 3,94% de toda a coca plantada nos territórios da Bolívia, Colômbia e Peru.

O presidente Morales contrapõe os êxitos do modelo boliviano de combate ao narcotráfico à falta de resultados dos países que seguem a cartilha norte-americana. Desde que assumiu o poder, Evo Morales determinou ações destinadas a afastar a cooperação dos EUA em matéria de combate às drogas, como, por exemplo, a expulsão da DEA (2008) e da USAID (2013), sob a alegação de que tais agências interferiam indevidamente nos assuntos internos e conspiravam contra o Governo local. Com a redução do envolvimento dos EUA no combate ao narcotráfico na Bolívia, o Brasil passou a ser considerado - junto com a União Europeia - importante fonte de cooperação na matéria.

A política nacional de minoração de oferta e demanda da cocaína, bem como de robustecimento do sistema de justiça criminal voltado ao combate ao narcotráfico, foi recentemente

atualizada com a promulgação da Lei Geral da Coca e da Lei de Luta contra o Tráfico Ilícito de Substâncias Controladas, principais desdobramentos da matéria nos últimos anos.

Em concreto, a nova Lei Geral aprova e organiza a lavra de coca em 22 mil hectares no país. Com a conciliação do ministro de Governo, Carlos Romero, os cocaleiros do Departamento de La Paz (Yungas), que vinham protestando contra qualquer que fosse a delimitação de sua superfície, haver-se-iam contentado com 14,3 mil hectares, que, segundo números oficiais, corresponderiam praticamente à sua área efetiva de granjeio hoje. De outra parte, ao Trópico de Cochabamba (cuja federação sindical de cocaleiros é capitaneada pelo Presidente Evo Morales) ora competem 7,7 mil hectares (76% mais produtivos que em La Paz). A despeito da aprovação da Lei Geral, os Yungas acabaram por abandonar de vez a base social do Governo e contestam a regulação de suas culturas ancestrais.

Contraparte persecutória dos desvios da produção da coca na Bolívia, a Lei sobre Substâncias Controladas constitui marco integral em seu escopo, composta por 124 artigos, em que foram incorporadas ferramentas aqui inéditas para a investigação de ilícitos de tráfico. Nos termos do ministro de Governo, as inovações inspiraram-se "nas experiências da comunidade internacional" e buscam aperfeiçoar os recursos institucionais disponíveis ao combate à produção, comércio e, em especial, trânsito de estupefacientes por território boliviano. Entre as principais novidades do instrumento, cumpre destacar o registro governamental da produção e comércio de precursores, a criação do Centro de Investigações Técnico-Científicas em Toxicologia e Substâncias Controladas, a recompensa financeira a informantes, as escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, a possibilidade de levantamento dos sigilos bancário, fiscal, tributário, comercial e de seguros no âmbito específico de investigações sobre tráfico de drogas, a delação premiada, a cooperação jurídica com base em tratados internacionais e a extinção de domínio de bens "vinculados" ao tráfico de drogas.

Pautam atualmente a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e ao crime organizado os acordos alcançados bilateralmente na IX Comista sobre Drogas e Temas Conexos (2016) e no Primeiro Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia (2017), bem como as diretrizes regionalmente acordadas na Declaração de Brasília (Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, 2016). Nas três oportunidades, restou refletida a prioridade brasileira de concentrar as ações nos elos centrais das cadeias criminosas. A cooperação em inteligência ganhou destaque e recebeu tratamento transversal, como comprovam os compromissos estabelecidos nas áreas de combate à lavagem de dinheiro, cooperação policial, controle de químicos e inteligência financeira.

No âmbito do combate ao narcotráfico, assumiram-se compromissos importantes. Os avanços obtidos com a regulamentação da interceptação telefônica na Bolívia, a partir da troca de experiências e compartilhamento de legislação brasileira sobre o assunto, abriram espaço para relevante aprofundamento da cooperação técnica na área. Acordou-se, ainda, aumentar o número de oficiais de ligação em diferentes áreas de fronteira e centros de inteligência, de modo a reforçar a cooperação entre as polícias de ambos os países em localidades estratégicas, como Cáceres, Porto Velho e São Paulo.

No controle de substâncias e precursores, reforçou-se a cooperação na área de assistência técnica aos laboratórios forenses bolivianos e de capacitação de pessoal do Grupo de Investigação de Substâncias Químicas (GISUQ/FELCN) e do Grupo de Inteligência de Substâncias Controladas. De particular interesse para o Brasil foi o compromisso assumido pelo lado boliviano de repassar informações sobre substâncias e precursores químicos utilizados na produção de cocaína, que permitirá às autoridades brasileiras identificar laboratórios clandestinos, cuja produção tenha por destino o território nacional. Foi acordado o planejamento de operações bilaterais simultâneas e coordenadas para a repressão, que vêm sendo conduzidas com efetividade. Encetou-se ainda cooperação técnica oferecida pelo Brasil nas áreas de narcóticos, gestão de substâncias controladas e tráfico de pessoas.

Os Acordos de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional Boliviana constituem outra importante baliza pela qual tem sido possível avançar a pauta de cooperação com iniciativas estruturantes, como o planejamento do primeiro laboratório boliviano contra lavagem de ativos (em conjunto com a União Europeia) e o desenvolvimento de metodologias para monitoramento remoto de cultivos ilegais de coca. O Mecanismo Trilateral Brasil-Bolívia-Peru, responsável por articular atividades de combate ao tráfico de drogas nas regiões e rotas mais sensíveis e de difícil administração entre os três países, recém-produziu seu segundo plano de ação trienal (2018-2020), do qual se destaca a ênfase nos diversos temas de inteligência e no controle do tráfego aéreo.

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

A Bolívia segue logrando avanços em matéria de ampliação de direitos sociais, econômicos e culturais. Amparado pela sólida maioria oficialista no Legislativo boliviano, o governo Evo Morales tem empreendido contínuo esforço para promover o desenvolvimento econômico com equidade e a superação da histórica desigualdade social oriunda de questões étnicas, econômicas e de gênero. A adoção de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza extrema, como programas de transferência de renda, medidas de enfrentamento da violência contra a mulher, e o reconhecimento oficial da diversidade étnica e cultural da população, contribuíram sobremaneira para a melhoria do quadro socioeconômico no país.

No período entre 2015 e 2018, destacam-se, na área social, a adoção da Lei de Identidade de Gênero, que reconhece os direitos da comunidade LGBTI; a declaração da inconstitucionalidade do trabalho infantil abaixo dos catorze anos de idade; e a instituição do Subsídio Universal Pré-natal pela vida, concedido a mulheres gestantes a partir do quinto mês de gravidez. Entre 2005 e 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Bolívia cresceu 7,84% (Fonte: PNUD). Progresso relevante também foi registrado com relação à situação da mulher. Dispositivos constitucionais instituídos na última década tornaram a Bolívia o segundo país no mundo com maior participação de mulheres na política. Em 2016, o país logrou fechar a brecha de gênero na área de saúde e sobrevivência, o que significa que mulheres e homens têm o mesmo grau de acesso a serviços de saúde, independentemente de sua qualidade. No último ano, verificou-se, ademais, evolução significativa na área de participação e oportunidade econômica, ainda que a presença feminina no mercado de trabalho esteja concentrada em setores de baixa produtividade. Como resultado, a Bolívia evoluiu, entre 2006 e 2017, do 87º ao 17º lugar no Ranking Global sobre Disparidades de Gênero 2017, do Fórum Econômico Mundial (FEM).

Em que pesem tais avanços, e não obstante a existência de arcabouço legal cada vez mais abrangente, o país ainda enfrenta dificuldades significativas em temas como acesso à saúde; direitos da criança e do adolescente, em especial no que diz respeito à erradicação do trabalho infantil; violência de gênero; direitos da população carcerária; e acesso à justiça. Persistem desafios consideráveis na aplicação e cumprimento das leis, em função de fragilidades institucionais, baixos aportes de recursos, e níveis elevados de corrupção. Tentativa recente de adoção de novo código penal, baseado no conceito de justiça reparadora, e não apenas punitiva, foi rejeitada por diversos setores da sociedade em razão de interesses corporativos. São frequentes, ainda, críticas à falta de independência do judiciário e ao uso da justiça para perseguir políticos da oposição ("judicialização da política").

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo Evo Morales caracteriza-se pelos esforços de tornar seu país ator mais relevante na esfera internacional, em especial por meio do estreitamento de relações com países em desenvolvimento. Além de ampliar as relações bilaterais, a Bolívia tem buscado maior

protagonismo no âmbito multilateral. Nesse sentido, pode-se destacar sua atuação em debates relacionados a temas como: reestruturação de dívida; promoção de valores originários andinos (como o "Vivir Bien" e a proteção à "Madre Tierra"); direitos de povos indígenas; direito fundamental à água; cidadania universal; e despenalização do "acullicu" (costume ancestral de mascar a folha de coca). Também é ilustrativo desse empenho o número de eventos multilaterais de alto nível sediados pelo país recentemente, dentre os quais: II Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança do Clima (2015), Reunião de Alto Nível sobre Transporte Sustentável de Países em Desenvolvimento sem Litoral (2016), Conferência Mundial dos Povos por um Mundo sem Muros rumo à Cidadania Universal (2017), IV Cúpula do Foro de Países Exportadores de Gás (2017) e XII Cúpula de Presidentes de Parlamentos da União Interparlamentar-UIP (2018). Um dos resultados de tal orientação internacionalista foi a eleição da Bolívia para assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2017/2018.

Com relação aos blocos de integração regionais, a Bolívia tem privilegiado a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), com a adoção de alinhamento automático e incondicional com os países-membros, especialmente Cuba e Venezuela. Apesar das dificuldades que marcam o funcionamento da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o Governo Evo Morales tem demonstrado conferir prioridade na participação boliviana nos citados mecanismos regionais. Com relação à UNASUL, o início da Presidência pro tempore boliviana, em abril de 2018, foi marcado pelo anúncio conjunto da suspensão da participação de seis membros (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru), motivada, principalmente, pelo impasse em torno da designação do próximo secretário-geral da organização, desde janeiro de 2017. A nomeação de um novo SG, de que depende a continuidade institucional da UNASUL, passará por eventual flexibilização de posições do bloco de países responsável pela permanência do impasse. Já no que respeita à CELAC, a Bolívia deverá, enfim, exercer a Presidência de turno do mecanismo a partir de janeiro de 2019. Desde 2014, o país reclamava sua candidatura ao posto, inviabilizada, no entanto, pela oposição chilena. Ao encerrar seu mandato à frente da CELAC, em janeiro de 2020, a Bolívia deverá sediar uma reunião de cúpula de chefes de estado e de governo da América Latina e do Caribe. A assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL na qualidade de membro pleno tem ensejado intenso debate interno, com notório empenho do Governo na defesa do novo foro face ao ceticismo e à preocupação dos setores empresariais e agropecuários, que preferem enaltecer o caráter de "complementariedade" econômica da Comunidade Andina (CAN). Percebe-se uma forte e por vezes agressiva retórica contra a Aliança do Pacífico, cujos mandatários chegaram a ser tachados pelo Presidente Evo Morales de "lacaio do imperialismo".

A aprovação pelo Brasil do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL – que já foi ratificado pela Bolívia e pelos demais estados partes do bloco, com exceção do Paraguai – é tema de interesse e consultas frequentes nos contatos entre a embaixada e as autoridades bolivianas. Como se sabe, o projeto recebeu recentemente parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e, uma vez aprovado pelo plenário, deverá ser encaminhado à apreciação do Senado Federal.

No tocante ao relacionamento com vizinhos e o entorno regional, cabe frisar que o Brasil é singularizado como parceiro internacional mais importante para a Bolívia e, nos últimos anos, os dois países superaram diferenças ideológicas e programáticas consolidando relação fluída e proativa em benefício de interesses recíprocos. A Bolívia mantém relações próximas também com Peru e Argentina. No caso peruano, os dois países já realizaram, desde 2015, três edições do chamado Gabinete Binacional, mecanismo pelo qual os Chefes de Estado mantêm reuniões de trabalho em companhia de seus respectivos ministérios. Nos encontros, acordaram-se iniciativas conjuntas relacionadas a defesa, segurança, combate a ilícitos transnacionais, meio ambiente, integração física e aduaneira e cooperação energética. Com relação à Argentina, embora se note menor proximidade entre os dois países desde a saída de Cristina Fernández, pragmatismo de ambos os lados tem

permitido a continuidade de encontros em alto nível para tratar de temas da agenda bilateral, com ênfase em integração energética, física, comercial e hídrica; cooperação Sul-Sul; e questões migratórias. Deve-se destacar a assinatura, em fevereiro passado, contrato com a empresa argentina de Investigação Aplicada (INVAP) de cerca de 150 milhões de dólares para a instalação de três centros de medicina nuclear e radioterapia na Bolívia. Paraguai, Uruguai, Equador e México são outros países com os quais a Bolívia tem mantido relações profícuas, ainda que menos densas.

Exceção no quadro de proximidade com países da região toca ao Chile, com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas desde 1962 (exceto por breve período, entre 1975 e 1978). A distância entre os dois países resulta de questões históricas, em especial a perda do litoral boliviano na Guerra do Pacífico (1879-1883) e a subsequente reivindicação de “acesso soberano ao mar”. Após várias e frustradas tentativas de equacionar bilateralmente o problema, a Bolívia decidiu, em abril de 2013, apresentar demanda perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) para obrigar o Chile a negociar, “de boa fé”, o acesso soberano ao mar. O processo encontra-se na fase final, a Corte pode vir a pronunciar-se ainda este ano. Bolívia e Chile são partes de um segundo contencioso na CIJ, iniciado pelo Chile em 2016, referente à disputa pelas águas do Silala. As relações bilaterais encontram-se, assim, judicializadas, condicionadas à evolução da questão marítima, sobretudo, mas também às diferenças com relação ao Silala e ao rio Lauca, o que acaba obliterando avanços em outros temas da agenda comum.

No âmbito das relações extra-regionais, a política externa do Governo Evo Morales é marcada pela hostilidade e o distanciamento com relação aos Estados Unidos. As expulsões da DEA, do Embaixador dos Estados Unidos e da USAID foram sucedidas pela decisão norte-americana de encerrar as atividades da NAS na Bolívia, bem como pelo emblemático episódio no qual o avião presidencial boliviano se viu impedido de sobrevoar o espaço aéreo da França, da Espanha e da Itália, o que levou ambos os países a atingir a pior fase da história de suas relações bilaterais. Em compensação, assiste-se à implementação de uma política de aproximação crescente com a China, país com o qual a Bolívia tem estabelecido inúmeros acordos e iniciativas nas áreas de defesa, cooperação técnica, infraestrutura, comunicação, energia e prospecção de recursos naturais. Além das operações de crédito que permitiram à Bolívia adquirir produtos de defesa de alto valor agregado, ganhou especial realce interno a parceria com a China para a construção e o lançamento, em dezembro de 2013, do primeiro satélite geoestacionário de telecomunicações do país. Os chanceleres dos dois países anunciaram que as relações bilaterais devem ser elevadas ao estatuto de “associação estratégica” na visita do presidente Evo Morales ao país oriental, prevista para 19 a 20 de junho. O Governo boliviano ensaia, ainda, política de aproximação com a Rússia, com destaque para cooperação na área de prospecção e exploração de reservas de gás natural, contemplada em contrato de 1 bilhão de dólares que deve ser assinado nos próximos dias. A cooperação com a Rússia também tem sido intensa nas áreas de defesa e de tecnologia nuclear. Em 2017, a Bolívia firmou, em Viena, contrato com a estatal russa Rosatom para a construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CIDTN) em El Alto.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A cooperação técnica prestada pelo Brasil à Bolívia, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, constitui instrumento fundamental de política externa e contribui de maneira significativa para o fortalecimento de vínculos pessoais e institucionais. Na medida em que promove o desenvolvimento sustentável da Bolívia em caráter solidário e sem condicionalidades, estabelece agenda positiva e proporciona ganhos expressivos de imagem ao Brasil.

A demanda por projetos de cooperação técnica por parte da Bolívia é constante e intensa, tanto por parte do governo central quanto de instâncias subnacionais. Após período de retração, em função, sobretudo, do quadro de contingenciamento orçamentário que atravessou o Brasil, as atividades de cooperação alcançaram novo dinamismo a partir de fevereiro de 2017 com a

realização da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia. Atualmente, a carteira de projetos de cooperação conta com nove iniciativas em fase de execução, no valor total de cerca de US\$ 2,4 milhões, e outras nove em negociação. As áreas de cooperação incluem, entre outras, agricultura, metrologia, eficiência energética, zoologia, arqueologia e segurança de fronteiras, e contam com a participação de diversos órgãos e instituições brasileiras, tais como ANA, ANEEL, Conab, Emater-PB, Embrapa, INMETRO, IBRAM, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Entre as atividades em estágio de implementação, destaca-se o projeto trilateral +Algodão, em parceria com a FAO, para desenvolvimento do setor algodoeiro na Bolívia, que conta com recursos brasileiros oriundos do contencioso sobre algodão com os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio. Digno de nota, ainda, é o projeto bilateral que contempla, em parceria com a ANA, a instalação de rede de monitoramento de qualidade da água, sistema de base de dados, bem como conjunto de estações telemétricas, para fortalecer a gestão dos recursos hídricos do país. Na área de segurança das fronteiras, prioritária para ambos os países, as iniciativas em negociação abordam temáticas como controle migratório, tráfico de pessoas e combate ao narcotráfico.

A Embaixada do Brasil em La Paz mantém contato permanente com autoridades governamentais e outros atores da cooperação internacional a fim de identificar novas demandas e oportunidades de adensamento da agenda de cooperação técnica.

RELAÇÕES CULTURAIS E COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cultura brasileira, nas suas mais variadas formas de manifestações, encontra grande e inequívoca receptividade de parte do público boliviano. Em razão da proximidade com o Brasil e do fluxo de imigrantes e estudantes entre os dois países, a Bolívia, de maneira geral, já conta com público formado com interesse pelas manifestações artísticas brasileiras.

Com o objetivo de melhor promovê-la na sociedade local, o Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada propõe, aprova e executa anualmente o Programa de Ação Cultural e Educacional dos Postos (PACP). É no marco desse Programa que o Setor apoia e/ou realiza diversas atividades destinadas a divulgar a cultura brasileira no país, tais como: a apresentação de artistas brasileiros no “Festijazz”, no Festival Internacional de Teatro (FITAZ), na Bienal de Cartazes (BiCeBe); a promoção do “Miércoles de Cine Brasileño”, do “Jueves de Tertulias” (ou “Quintas de Sarau”) e de celebrações típicas brasileiras, como a Festa Junina; a participação na Larga Noche de Museos e no La Paz Lee, com atividades diversas na Residência e no CCBB; a realização de atividades conjuntas com os demais países que compõem o GRULAC-Cultural.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) constitui importante vetor de promoção da cultura brasileira no país. Criado há 60 anos, o CCBB não só oferece ao público local os tradicionais cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, mas também atividades culturais e sociais com o duplo objetivo de promover os costumes e valores brasileiros e de criar pontes de integração entre os dois países mediante o diálogo entre as sociedades. A presença do Centro Cultural Brasil-Bolívia - um dos mais antigos na região - contribui para a visibilidade da atuação cultural do Posto. Ademais de dispor de espaços para promover atividades variadas, o Centro garante um público cativo de estudantes para a programação brasileira, cuja curiosidade pelo país é fomentada na sala de aula. O CCBB é também uma das instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

A atuação do Setor Cultural ao longo dos anos permitiu o estreitamento de laços com as principais instituições culturais em La Paz (Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura da Prefeitura de La Paz, Fundación Simón Patiño, Museo de Etnología y Folklore, Cinemateca, entre outras). Além disso, foram realizadas novas parcerias com instituições privadas interessadas em patrocinar eventos culturais de interesse do Posto. Graças às parcerias com essas diferentes entidades, a

Embaixada vem realizando, com modestos aportes financeiros, eventos que alcançam excelente repercussão, especialmente no âmbito de festivais consagrados na programação desta capital.

TEMAS CONSULARES, MIGRATÓRIOS E DE FRONTEIRA

A jurisdição do Setor Consular da Embaixada do Brasil em La Paz abrange os Departamentos de Chuquisaca, de La Paz, de Oruro, de Potosí e de Tarija sendo que há dois Cônsules Honorários nomeados para os Departamentos de Chuquisaca e de Tarija. A comunidade brasileira é estimada em cerca de 40 mil pessoas residentes na Bolívia. Desses, cerca de 30 mil residem, em Santa Cruz; cerca de 6 mil em La Paz e em Sucre; e o restante, em Cochabamba e nas demais localidades. Adultos são maioria, correspondendo a pouco menos de 65% do total, incluindo aqueles em idade universitária. Menores correspondem a pouco mais de 30% do total, muitos dos quais são filhos de bolivianos, nascidos no Brasil. Idosos correspondem cerca de 5% do total. São bem divididos entre mulheres e homens, com pequena vantagem para essas, por volta de 60% e 40%. Estima-se que cerca de 65% dos brasileiros estariam documentados, e, cerca de 35%, indocumentados. A maioria é composta por estudantes, principalmente, de medicina. Entre os 65% documentados, 40% seriam binacionais, muitos estabelecidos há vários anos.

Consta que 89 249 brasileiros ingressaram e 79 887 saíram da Bolívia no ano de 2016. Estima-se que o principal motivo de viagens de brasileiros, descontadas estadas prolongadas para estudos, seja o turismo (cerca de 75% do total), seguido por negócios / trabalho (cerca de 25% do total). Ficam entre uma semana e um mês e vão a Santa Cruz de la Sierra, ao salar do Uyuni e ao lago Titicaca. Em La Paz, em 2017, foram registrados cerca de 100 furtos a turistas brasileiros. No mesmo ano de 2016, cerca de 110 000 visitantes bolivianos viajaram ao Brasil, principalmente, aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A comunidade carcerária brasileira, na Bolívia, é significativa Na data base de 31/12/2017, eram 125 os presos brasileiros, sendo 75 em prisão preventiva e 50 em cumprimento de pena, dos quais 88 homens e 11 mulheres (não foram obtidos dados referentes ao gênero dos presos em Guayaramerín). Por jurisdições consulares, são 51 em Santa Cruz; 27 em Cobija; 26 em Guayaramerín; 11 em La Paz; 8 em Puerto Quijarro; e 2 em Cochabamba.

Funciona mecanismo de consultas consulares, que já se reuniu duas vezes, ambas em La Paz. O lado brasileiro tem sido representado pelo pessoal da Embaixada. Brasil e Bolívia mantêm quatro Comitês de Integração Fronteiriça: (i) Corumbá – Puerto Suárez; (ii) Cáceres – San Matías; (iii) Cobija – Brasília/Epitaciolândia; e (iv) Guayaramerín - Guajará-Mirim.

SEÇÃO II – Ações Realizadas

- Sob minha gestão, a Embaixada do Brasil em La Paz recebeu e prestou apoio logístico aos brasileiros que integraram as missões de observadores internacionais que acompanharam o referendo de fevereiro de 2016 e as eleições judiciais de dezembro de 2017. Participou, igualmente, das reuniões nas quais os chefes das missões apresentaram ao corpo diplomático local suas metodologias de trabalho, preocupações e conclusões. A Embaixada cedeu, ainda, diplomata para integrar, pelo Brasil, a missão de observadores do MERCOSUL que acompanhou as eleições judiciais.

- Realizou gestões e confirmou o apoio boliviano às seguintes candidaturas brasileiras: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), (ii) Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), (iii) Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), (iv) Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD), (v) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), (vi) Órgão de Apelação da OMC, (vii) Direção-Executiva da Organização Internacional do Café, (viii) Codex Alimentarius, (ix) Comissão Jurídica Interamericana (CJI), (x) CEDAW, (xi) Direção da OTCA, (xii) Tribunal de Apelação da ONU

– UNAT, (xiii) Corte Internacional de Justiça, (xiv) Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU, (xv) Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM), (xvi) OACI (aviação civil), (xvii) Secretaria-Executiva da Organização Latino-americana de Energia (OLADE), (xviii) FLACSO e (xix) Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU. Acompanhou e deu seguimento, ademais, a gestões em busca de apoio boliviano a iniciativas brasileiras de resoluções no âmbito das Nações Unidas.

- Apoiou os trabalhos preparativos e elaborou contribuições para os subsídios para as visitas a Brasília do chanceler Fernando Huanacuni (10/2017) e do presidente Evo Morales (2/2016 e 12/2017). Acompanhou, relatou e comentou os mais importantes temas de política interna e externa da Bolívia em 2016. Sobressaíram, no âmbito doméstico: o referendo da reeleição de fevereiro de 2016; o escândalo Gabriela Zapata; o incêndio criminoso na prefeitura de El Alto; o relacionamento do governo com a imprensa local e organizações não-governamentais; eleições do Judiciário; o movimento das pessoas com deficiência; a escola militar anti-imperialista; a manifestação dos cooperativistas mineiros e o linchamento do vice-ministro do Regime Interior; as investigações sobre o acidente do avião da LaMia e seus desdobramentos políticos; a decisão pela “repostulação” do Presidente Morales; e as manifestações de diferentes setores e regiões contra o governo.

- No tocante à política externa boliviana, acompanhou, registrou e comentou os desdobramentos mais relevantes, com atenção às relações com os países latino-americanos, Estados Unidos, União Europeia, China e Rússia e à atuação das delegações bolivianas em fóruns regionais e internacionais. Seguiu-se de perto, ainda, o posicionamento boliviano com relação à crise na Venezuela. Na área de integração fronteiriça, integrou os trabalhos preparativos e a nova rodada de encontros dos comitês binacionais.

- O Setor de Energia e de Infraestrutura manteve contatos e reuniões com autoridades e especialistas, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades, tendo relatado e/ou comentado os principais eventos a energia e infraestrutura; elaborado avaliações sobre as perspectivas de renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA); relatado fatos relativos às perspectivas de integração elétrica bilateral; acompanhado acontecimentos relativos à produção de ureia na Bolívia e a exportação para estados brasileiros; elaborado subsídios sobre o Programa Nuclear Boliviano (PNB); relatado o ressurgimento do interesse pelo etanol e o lançamento de plano para viabilizar a produção do biocombustível na Bolívia; e monitorado a atuação dos estados brasileiros em relação ao interesse de compra direta de gás natural boliviano. O Setor tem acompanhado as negociações no Comitê Técnico Bilateral (CTB), regulamentado em 2015 para discutir temas relacionados ao setor elétrico e a gás natural. Foi realizada, em janeiro/2016, reunião em Santa Cruz dos grupos de trabalho do setor elétrico e de gás natural, com participação da Embaixada e apoio do Consulado em Santa Cruz. Em julho/2016, o Setor participou da XLIII Reunião da Comissão do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná. Em novembro/2016, acompanhei visita do ministro de Minas e Energia à Bolívia, que contou com a presença do PR Evo Morales durante todo tempo.

- O Setor monitorou e subsidiou a atuação brasileira em projetos de integração regional, como é o caso do Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC); integrou a delegação brasileira à Reunião de Altas Autoridades (La Paz, março/2017) - da qual participei pessoalmente - e à I Reunião Plenária do Grupo Operativo Bioceânico – GOB (San Benito, setembro/2017); e realizou gestões para a assinatura de memorando de entendimento sobre o CFBC durante visita presidencial a Brasília em 2017. Realizei gestões para lograr apoio do governo boliviano para pedido de autorização da Ferrovia Oriental S.A (FO) da Bolívia para utilizar, no Brasil, a malha ferroviária concedida à ALL Rumo (Malha Oeste).

- O Setor participou das negociações bilaterais em torno dos temas, e representou a Embaixada em seminários e encontros sobre energia e infraestrutura, entre os quais destaque, de forma exemplificativa: a conferência "Mercado brasileiro de gás: qual é a realidade a dois anos do final do contrato com a Bolívia" (2017); visita de campo ao bloco San Antonio da Petrobras Bolívia (2017); VII

Congresso Internacional YPFB de Gás e Petróleo, em Santa Cruz, do qual participei pessoalmente (2017); primeira edição do Seminário Internacional do Foro de Países Exportadores de Gás - FPEG, em Santa Cruz (2017). Acompanhou atividades de empresas brasileiras nas áreas de energia e infraestrutura na Bolívia, em especial Petrobras; informou sobre as perspectivas de evolução dos transportes, particularmente em relação à integração com o Brasil; informou sobre o engajamento boliviano em temas regionais de infraestrutura, tais como Hidrovia Paraguai-Paraná e Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Rio da Prata; e monitorou as tratativas para a concessão de facilidades para o uso do Porto de Paranaguá pela Bolívia.

- Prestei apoio ao ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, na ocasião de sua vinda à Bolívia para participar da CLX Reunião da Diretoria Executiva da CAF, em 2017.

- Entre as realizações no Setor Comercial devem-se destacar a visita do ministro Blairo Maggi a La Paz, em 28/9/2017, a primeira de um ministro brasileiro daquela pasta ao país. A recuperação e saneamento financeiro e estrutural da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira, que havia encerrado operações e, com vultosa dívida trabalhista, se encontrava em situação pré-falimentar em 2015 também é digna de nota. O SECOM apoiou duas missões empresariais da APEX a Santa Cruz de la Sierra em 2016 e 2017, missões cujo êxito superou as expectativas em ambas as ocasiões. Depois de 18 anos sem participar com estande próprio da Expocruz, uma das maiores feiras internacionais da América do Sul, a Embaixada do Brasil organizará a representação do empresariado nacional em setembro próximo, promovendo rodada de negócios exclusiva para a missão brasileira. Espera-se inaugurar nova fase de participação nesse evento que costumava contar com pavilhão brasileiro de 2.000 m², como forma de dar o tom a presença comercial do Brasil no país.

- Sempre em estreita coordenação com as Adidências Militares e da Polícia Federal em La Paz, o Setor de Defesa, Combate a Drogas e Temas Conexos subsidiou, apoiou e/ou participou das seguintes principais atividades desde 2015: Plano de Ação 2015-2017 do Mecanismo Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas; restituição de veículos brasileiros furtados ou roubados trazidos para a Bolívia (2015 a 2018); IX Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos (Santa Cruz de la Sierra, 28-29/6/2016); Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (BSB, 16/11/2016); II Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Guajará-Mirim/Guayaramerín (Guajará-Mirim, 24/11/2016); I Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia (Santa Cruz de la Sierra, 17/8/2017); Plano de Ação 2018-2020 do Mecanismo Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas; missão da Agência Brasileira de Cooperação e da Polícia Rodoviária Federal à Bolívia para prospecção de oportunidades de cooperação (La Paz, 14-16/3/2018); consultas para abertura de Adidências de inteligência em ambos os países.

- Além de acompanhar a situação da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher na Bolívia, a Embaixada participou, em conjunto com outras embaixadas e organizações internacionais, de eventos alusivos a datas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em outubro de 2017, os setores consular, cultural e de cooperação organizaram a I Semana de Igualdade de Gênero e Combate à Violência contra as Mulheres, que incluiu oficinas, capacitações, palestras e exposições, e contou com a participação do governo boliviano, de organismos internacionais e de ONGs e de indivíduos destacados nos meios artísticos, acadêmicos e da imprensa.

- Durante minha gestão, o Setor de Cooperação Técnica recebeu e integrou, entre novembro de 2015 e junho de 2018, um total de dezesseis missões técnicas a La Paz e a outras cidades da Bolívia, integradas por funcionários da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e ANEEL, Conab, Emater/PB, Embrapa, Ibama, IBRAM, Ministérios do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego, e Polícia Rodoviária Federal. Sediou, em fevereiro de 2017, a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia, que contou com a participação de representantes da ABC, bem como da Conab, Embrapa, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, IBRAM, INMETRO, e da Polícia

Federal. Na ocasião, foram negociados nove projetos de cooperação técnica bilateral. Houve, ainda, atividades isoladas de cooperação humanitária, que incluíram a doação de medicamentos contra tuberculose doença de Chagas (2015) e leishmaniose (2017), bem como a doação de vacinas antirrábicas (2017).

- O Setor Cultural realizou diversas atividades para a promoção dos programas de difusão cultural e promoção do audiovisual brasileiro. Dentre os eventos, merece destaque a realização de concertos e recitais de música brasileira; a participação em diversas edições do evento "La Paz lee" e da "Bienal del Cartel Bolivia - BICeBé"; Larga Noche de Museus; Feira do Livro de La Paz; "Miercoles de Cine"; "Jueves de Tertúlia", exposições com a temática de gênero; homenagem a expoentes do mundo artístico e cultural originário boliviano, tais como o desfile com motivos do renomado arquiteto Freddy Mamani e a apresentação do livro da artista e museóloga Elvira Espejo. Realizou, ainda, ampla programação dedicada ao "mês do Brasil" em setembro de 2016 e 2017, que incluiu atividades promovidas no Festijazz; o Ciclo de Cine Brasileño e a Semana de Gastronomia Brasileira, com a participação de restaurantes locais.

- Participou da programação cultural do Grupo Cultural de Países Latino-Americanos e Caribenhos (Grulac Cultural), em que se destaca a realização do Concurso sobre Patrimônios, da Mostra de Cinema Latino-Americano na Cinemateca Boliviana e de atividades conjuntas na Feira do Livro de La Paz.

- o Setor promoveu a mudança do CCBB para nova sede em julho de 2017 e selecionou nova diretora para o Centro. Sob a direção da doutora Eliane Pinheiro, o CCBB introduziu atividades culturais no planejamento pedagógico dos cursos de português, implementou inovações pedagógicas, ampliou a oferta e horário de cursos e realizou oficinas sobre diversos temas relacionados à cultura brasileira, levando ao notável aumento de matrículas nos cursos oferecidos ao incremento de parcerias com outras instituições e a maior visibilidade das atividades realizadas no Centro.

- Realizou atividades de natureza educacional, em especial relacionadas à divulgação dos programas PEC-G, PEC-PG e da Universidade de Integração Latino-Americana (Unila).

- O Setor Cultural e Educacional aplicou as edições do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) no Centro Cultural Brasil-Bolívia. Realizou atividades em parceria com o Setor Consular do Posto, a fim de integrar a comunidade brasileira residente em La Paz aos eventos promovidos pela Embaixada e pelo CCBB. Exemplos dessa parceria foram o La Paz Lee, e a Festa Junina.

- Outra importante realização do Setor durante o período em tela foi o da consolidação das redes sociais como importante ferramenta de trabalho para a divulgação de todas as atividades culturais, educacionais, comerciais e turísticas da agenda bilateral. Como resultado, o perfil da Embaixada no Facebook ultrapassou a marca de 10 mil seguidores e foram consolidadas as atuações em outras redes sociais, como o Twitter.

- No que tange à área consular, participei da segunda reunião técnica consular em junho de 2016, na qual foram tratados temas de interesse do lado brasileiro, incluindo problemas com estudantes, atendimento médico hospitalar, questões migratórias e apreensão de veículos de turismo. Também participei, em novembro de 2016, da primeira reunião da segunda rodada dos Comitês de Integração Fronteiriça, começando por aquele de Guajará-Mirim – Guayaramerín.

- Entre novembro de 2015 e junho de 2018, foram realizadas 8 reuniões do Conselho de Cidadãos de La Paz. Foram enviados subsídios para a V e a VI Conferências Brasileiros no Mundo e para a Conferência Preparatória desta última. Foi criado o projeto "Brasileirinhos em La Paz", que promove encontros regulares com crianças brasileiras e no âmbito do qual, junto com outros setores da Embaixada, foram realizadas duas festas juninas.

- Durante minha gestão, o Setor Consular passou a fazer atendimento periódico ao público nas manhãs de sábado, identificou nomes para designação de Cônsules Honorário nos Departamentos

de Oruro e de Potosi, promoveu, em novembro de 2017, consulados itinerantes nas cidades de Oruro, Sucre e Potosí.

SEÇÃO III – Dificuldades

Superadas a situação de déficit de pessoal do quadro do Serviço Exterior lotados, a Embaixada do Brasil – a exemplo do Itamaraty e das demais instâncias do Governo Federal – seguiu compelida, durante minha gestão, a adotar medidas de adequação ao cenário de cortes de gastos e contingenciamento orçamentário que afetaram o desempenho e ações idealizadas pelos seus diversos Setores, especialmente nas áreas de cultura e promoção comercial. Na área cultural, os feitos ainda puderem ser consideravelmente minorados com certa dose de criatividade e o patrocínio de algumas empresas brasileiras e bolivianas que se dispuseram a associar seus nomes à marca cultural da Embaixada.

Na área de energia, indefinições em relação ao marco regulatório no setor de gás brasileiro e a subsequente incógnita sobre o volume que a Petrobras deverá comprometer-se a comprar têm gerado certa pressão da imprensa local sobre o real interesse brasileiro na renovação do Acordo de Suprimento de Gás (GSA), que se expirará em 2019. Por outro lado, a impossibilidade de se agendar, do lado brasileiro, a VI Reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Bolívia tem acumulado desgastes e irritantes de solução potencialmente simples.

Cabe listar, por fim, dificuldades encontradas na realização de gestões em favor dos cidadãos brasileiros (assistência médica, confisco de automóveis, questões migratórias, problemas enfrentados por estudantes, etc). Nos casos de apreensão de veículos de turismo, por exemplo, gestões realizadas pela Embaixada junto aos órgãos locais têm resultado, apenas, em referências à legislação local, sem que sejam aceitos comprovantes da boa fé dos condutores, cujos acabam sendo sumariamente leiloados. No pormenor migratório, são muitos os entraves colocados tanto aos brasileiros que vêm temporariamente, quanto àqueles que buscam estabelecer-se por alguns anos. Esses temas foram levantados pelo presidente Temer durante a mais recente visita do presidente Evo Morales ao Brasil. As autoridades migratórias bolivianas a) cobram taxas de manutenção de vistos a cada saída; b) cancelam vistos por prazos de estada, no exterior, compatíveis com viagens de férias e visitas a famílias; c) recusam-se a renovar vistos de mesmo tipo a estudantes; d) exigem a utilização de vistos menos favoráveis aos estrangeiros; e) exigem exames de saúde, entre os quais de HIV, para a concessão de vistos de residência. Tais determinações parecem incompatíveis com as obrigações assumidas pelo país em acordos bilaterais e regionais e não respeitam o princípio da reciprocidade, uma vez que cidadãos bolivianos, no Brasil, recebem tratamento muito mais favorável.

SEÇÃO IV – Recomendações

- Na esfera político-diplomática, o bom momento das relações bilaterais, ilustrado pelas diversas visitas de alto nível realizadas no ano passado, poderia ser aproveitado para o estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político Brasil-Bolívia presidido pelos vice-chanceleres com o propósito de retomar as atividades da Comissão Mista Permanente de Coordenação criada em 1988, reformulada em 1994, e atualmente inativa;
- No plano energético, além de acompanhar as negociações sobre gás e energia elétrica no âmbito do CTB, o novo Embaixador poderia fomentar o diálogo e estimular a cooperação em torno do lançamento de programa de biocombustíveis na Bolívia, que poderia ensejar, no futuro, o aumento de exportações da indústria automobilística brasileira;
- Em relação à infraestrutura física, recomendo ao próximo Chefe do Posto seguir monitorando os avanços na integração ferroviária bilateral (inclusive no tocante ao CFBC); fomentar a utilização, pela Bolívia, de facilidades de uso do Porto de Paranaguá; estimular maior participação boliviana nos temas e reuniões da Hidrovia Paraguai-Paraná; e intermediar soluções para a construção da ponte

sobre o Igarapé Rapirrã (entre as localidades de Plácido de Castro/AC e Puerto Evo Morales) e a implementação do "Acordo entre o Brasil e a Bolívia para Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín" (explorar possibilidade de financiamento da CAF, por exemplo);

- Na área ambiental, caberia reforçar a Iniciativa Ramsar para o Pantanal (Brasil, Bolívia e Paraguai) por intermédio da criação de Grupo de Trabalho governamental que zele pela preservação desse importante ativo comum a aos três países;

- Em vista dos atrasos recorrentes na habilitação de empresas exportadoras de carne para o mercado boliviano, seria conveniente adotar estratégia negociadora que leve em conta o interesse boliviano na abertura do mercado para as bananas e outras frutas do Chapare, que, ademais, constituem culturas alternativas para a principal região de origem da cocaína boliviana traficada no Brasil;

- Na área de Combate a Drogas e Temas Conexos, além considerar as possibilidades de colaboração para o fomento a cultivos alternativos à coca na Bolívia, seria recomendável priorizar o desenvolvimento e a prospecção das oportunidades bilaterais e multilaterais de cooperação estruturante na área de inteligência policial, bem como agilizar a realização de mais reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia, reconstituídos em 2011; Sugiro também ao próximo Chefe do Posto que trabalhe pela realização, no Brasil do II Binacional de Segurança Brasil-Bolívia;

- Na área cultural, considero essencial manter uma programação cultural substantiva e que promova temas relevantes para o país, com o objetivo de instrumentalizar a diplomacia cultural na consecução de objetivos de política externa e no fortalecimento da inserção internacional do país. Para tanto, é de fundamental importância explorar oportunidades de parceria e de captação de recursos para apoiar as atividades do Centro Cultural Brasil-Bolívia;

- Já a criação de um leitorado brasileiro em La Paz constituiria importante passo no sentido de sanar debilidade identificada nas relações entre os dois países no meio acadêmico.

- Entre as prioridades do Setor Consular, o futuro Embaixador poderia concentrar esforços para o equacionamento de temas específicos: (i) a falta de reciprocidade, em favor dos cidadãos brasileiros na Bolívia, para o tratamento gratuito na área de saúde oferecido aos bolivianos no Brasil; (ii) e as crescentes e variadas dificuldades enfrentadas pela comunidade de estudantes brasileiros na Bolívia (problemas com vistos, reconhecimento de diplomas, extorções e cobranças de taxas abusivas, etc). A realização, em alto nível, da III Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares Brasil-Bolívia constituiria oportunidade ímpar para tratar destes e de outros importantes temas da área.